

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

CIÊNCIA POLÍTICA:

Produção decisória, governança
e ecologias organizacionais



Elói Martins Senhoras
(Organizador)

CIÊNCIA POLÍTICA:

Produção decisória, governança
e ecologias organizacionais



Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Ciência política: produção decisória, governança e ecologias organizacionais

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciência política: produção decisória, governança e ecologias organizacionais / Organizador Elói Martins Senhoras. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0458-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.583222507>

1. Ciência política. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 320

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos - CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A compreensão da realidade fática tem tradicionalmente sido objeto de estudo a partir do rigor teórico-metodológico existente em distintos campos disciplinares do pensamento científico, bem como em inovativos esforços multidisciplinares que combinam desde sistêmicas macroanálises até pontuais microanálises, sendo estes últimos a pedra de toque para o desenvolvimento deste livro.

Estruturado em oito capítulos de natureza multidisciplinar, o presente livro tem o objetivo de discutir a intitulada “Ciência Política: Produção decisória, governança e ecologias organizacionais”, por meio de um paradigma eclético de discussões fundamentadas no pluralismo teórico-metodológico e em diferentes abordagens micro e macroanalíticas que valorizam diferentes espacializações e periodizações.

O livro oferece uma coletânea de capítulos que aborda destacadas realidades empíricas, por meio de estudos de caso que possibilitam, não apenas, um olhar multidisciplinar a partir da Ciência Política sobre temas relevantes com base na *expertise* profissional dos pesquisadores, mas também, pelos subsídios fornecidos pela formação de seus campos epistemológicos de formação acadêmica.

A participação de quase trinta pesquisadoras e pesquisadores, com distintas formações acadêmicas nas grandes áreas das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas, revela que no projeto deste livro existe um esforço colaborativo de profissionais de instituições públicas e privadas que foi construído em uma rede epistêmica com presença em diferentes estados brasileiros e do Peru.

Com base nos marcos conceituais, discussões e resultados apresentados nesta obra, uma rica construção multidisciplinar é oferecida aos leitores por meio de estudos que corroboram para a expansão da fronteira científica através de micro e macroanálises para a produção de novas informações e conhecimentos sobre a realidade política e organizacional no Brasil e no Peru.

Recomendada para um conjunto diversificado de leitores, esta obra apresenta a realidade prática da política a partir de macro e microanálises por meio de capítulos redigidos por meio de uma didática e fluída linguagem que valoriza a troca de experiências e o rigor teórico-conceitual e dos modelos, tanto para um público leigo não afeito a tecnicismos, quanto para um público especializado de acadêmicos.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

CAPITALISMO GLOBALIZADO CONTEMPORÂNEO: CONFLITOS, CONTROVÉRSIAS E PERSPECTIVAS

Eduardo Girão Santiago

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5832225071>

CAPÍTULO 2..... 12

CRISE ORGÂNICA E PANDEMIA MUNDIAL: OS LIMITES DA GESTÃO DO SUS FRENTE A COVID-19

Rebel Zambrano Machado

Carlos Nelson dos Reis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5832225072>

CAPÍTULO 3..... 24

ENVELHECIMENTO E O DIREITO A CONVIVÊNCIA NA PANDEMIA

Lúcia Helena Barbalho Mendes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5832225073>

CAPÍTULO 4..... 36

POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO SARNEY: O PLANO CRUZADO E AS ELEIÇÕES DE 1986

João Marcos Poyer Melo

Lucas de Moraes Ramos

Paulo Victor de Souza Guimarães

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5832225074>

CAPÍTULO 5..... 51

POLÍTICA DE SAÚDE E INFLEXÕES DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL: IMPASSES E DESAFIOS

Mayra Hellen Vieira de Andrade

Leid Jane Modesto da Silva

Patrícia Barreto Cavalcanti

Ana Paula Rocha de Sales Miranda

Lívia Maria Sales de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5832225075>

CAPÍTULO 6..... 61

O TRABALHO INTERMITENTE E A PERCEPÇÃO DO EMPRESARIADO

Flávio Heleno Solano Reis

Danillo Soares Rios

Lucimara Sousa da Silva

Mayrla Pantoja Alves

Amarildo Rodrigues de Matos

Mário Jorge Santos Pinheiro

Ellen Claudine Castro Paes Barreto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5832225076>

CAPÍTULO 7..... 81

PARTICIPAÇÃO JUVENIL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: PRÁTICAS E APRENDIZAGENS NO FÓRUM DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE DA BAIXADA MARANHENSE

Ricardo Costa Gonçalves

Itaan Pastor Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5832225077>

CAPÍTULO 8..... 93

LIQUIDACIÓN TECNICA FINANCIERA DE OBRAS EJECUTADAS POR LA MODALIDAD DE ADMINISTRACIÓN DIRECTA EN LA MUNICIPALIDAD DISTRITAL DE ASILLO, PUNO - PERU

Enrique Gualberto Parillo Sosa

José Oscar Huanca Frias

Virginia Guadalupe Pacompia Flores

Carmen Eliza Zela Pacori

Illich Xavier Talavera Salas

Juan Manuel Tito Humpiri

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5832225078>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 104

ÍNDICE REMISSIVO..... 105

PARTICIPAÇÃO JUVENIL E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: PRÁTICAS E APRENDIZAGENS NO FÓRUM DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE DA BAIXADA MARANHENSE

Data de aceite: 04/07/2022

Ricardo Costa Gonçalves

Professor da Faculdade de Educação
Memorial Adelaide Franco – FEMAF e
pesquisador do Labex – Núcleo de Extensão e
Desenvolvimento

Itaan Pastor Santos

Professor do Programa de Pós-Graduação de
Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial
da UEMA / Gerente do LABEX - Núcleo de
Extensão e Desenvolvimento

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo analisar as práticas e aprendizagem da juventude do território Campos e Lagos, que estão organizadas no Fórum de Políticas Públicas de Juventude da Baixada Maranhense. A Política de Desenvolvimento Territorial tem se destacado na possibilidade de articular as diversas dimensões do desenvolvimento – crescimento e dinamização econômica, preservação ambiental e cultural, inclusão e igualdade de oportunidades de gênero, raça e etnia, gerações e aperfeiçoamento da participação democrática. Esses fatores visam incluir os diversos segmentos sociais presentes nos territórios, principalmente aqueles que historicamente foram excluídos, como negros, mulheres, jovens e portadores de necessidades especiais. Nessa perspectiva o Fórum de Políticas Públicas cumpre o papel de tornar a juventude desse território participativa e atuante nas diversas dimensões do desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude; Território;

Desenvolvimento Territorial; Participação social.

ABSTRACT: The present work aims to analyze the practices and learning of the youth of Campos and Lagos / MA, which are organized in the Forum of Public Policies of Youth of the Baixada Maranhense. The Territorial Development Policy has stood out in the possibility of articulating the various dimensions of development – economic growth and dynamization, environmental and cultural preservation, inclusion and equal opportunities for gender, race and ethnicity, generations and improvement of democratic participation. These factors aim to include the various social segments present in the territories, especially those that have been historically excluded, such as blacks, women, young people and people with special needs. From this perspective, the Public Policy Forum fulfills the role of making the youth of this territory participatory and active in the various dimensions of development.

KEYWORDS: Youth; Territory; Territorial Development; Social participation.

1 | INTRODUÇÃO

Nos últimos dez anos as políticas públicas federais voltadas para a juventude tiveram grande pluralidade de temas: educação, trabalho, segurança, esporte, cultura, tecnologias da informação e comunicação (TICs), saúde, empreendedorismo, direitos humanos e participação social. A introdução de novos assuntos à agenda das políticas públicas

da juventude foi possível graças ao arranjo institucional que foi conformado no governo federal desde 2005. Tal arranjo era composto pela Secretaria Nacional de Juventude, pelo Comitê Interministerial da Política da Juventude, pelo Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), pelas Conferências Nacionais de Juventude, e pelo Estatuto da Juventude. Além dessas institucionalidades, o arcabouço da Política Nacional de Juventude (PNJ) contava com a atuação de extensa rede de ministérios e secretarias nacionais, mantendo, cada um deles, uma equipe de gestores públicos atuantes e responsáveis por articular e implementar os programas de juventude vinculados às suas pastas. Mas o arranjo da PNJ vai ainda mais longe: inclui um representativo número de redes, fóruns, movimentos sociais e grupos – culturais, religiosos, esportivos, estudantis, ambientalistas, de direitos humanos – que enriquecem, movimentam, ampliam a agenda e dão vida aos novos espaços institucionais (SANTOS e GONÇALVES, 2018).

Além disso, a PNJ tem como base os princípios de promoção da autonomia e emancipação dos jovens; a valorização e promoção da participação social e política, o reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares; promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem (CONJUVE, 2006).

O presente artigo é resultado do trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Extensão e Desenvolvimento (LABEX/UEMA) com a juventude do campo no território Campos e Lagos. Essa juventude tem debatido e demandado diversas políticas públicas, dentre elas, educação, geração de renda, lazer, saúde, etnia, gênero e diversidade sexual, dentre outras. Para o desenvolvimento do artigo apresentamos uma revisão de literatura sobre desenvolvimento territorial na segunda seção. Na terceira seção os diversos conceitos sobre juventude. Na quarta seção elencamos os processos de participação. Na quinta a participação juvenil no território Campos e Lagos. Na consideração final apontamos as conclusões sobre o processo participativo da juventude.

A metodologia utilizada para a construção deste artigo se assentou na utilização de métodos qualitativos através da seleção e análise de artigos científicos, nas narrativas dos jovens que atuam nos fóruns, na participação em encontros e eventos promovidos pelo fórum, além de entrevistas não estruturadas com vários jovens da direção do fórum territorial e dos fóruns municipais.

2 | DESENVOLVIMENTO RURAL: A ABORDAGEM TERRITORIAL

As transformações que ocorreram desde o fim da década de 1980 no meio rural brasileiro trouxeram novos temas ao debate. O debate, hoje, não se encontra mais centrado apenas nas potencialidades do setor agropecuário, mas caminha no sentido de se compreender a variedade de processos geográficos, econômicos, políticos, sociais e ecológicos que tem diferenciado o espaço rural (SANTOS e GONÇALVES, 2018).

O enfoque territorial diante da multiplicidade de posições busca qualificar a discussão sobre o rural por meio da apreciação das dinâmicas sociais espaciais de um grupo. De acordo com Blume (2004), isso implica em lidar com novas perspectivas e novas técnicas de análise que proporcionem ampliar o entendimento do espaço rural, tanto no sentido de melhor precisar o que é, quanto no sentido de indicar onde se localiza, e qual o seu “lugar” no espaço nacional. Esta sugestão não é uma tarefa de fácil execução, pois, preencher as duas indagações, concomitantemente, implica em confiar em uma mesma posição, uma abordagem que seja ao mesmo tempo conceitual e prática.

A abordagem territorial, tanto do ponto de vista cognitivo como político, tem ganhado relevância nas últimas décadas, muito em função da crise relacionada aos programas de desenvolvimento centralizados que não trouxeram os resultados desejados. Mas, também, porque estudos e pesquisas¹ têm demonstrado evidências de um processo de redescoberta das territorialidades de determinadas regiões (SHIAVINATO, 2013, P.60).

Bourdieu (1989) alvitra um olhar além das fronteiras políticas ou administrativas da região e questiona abordar ou denominar uma região apenas no sentido administrativo do termo. Questiona a fronteira (delimitação geográfica) como produto de ato jurídico de delimitação, que produz a diferença cultural do mesmo modo que é produto desta. Assim, o território é apresentado como construção social, pois “o que faz a região não é o espaço mais sim o tempo a história, ou seja, os produtos históricos das determinantes sociais” (BOURDIEU, 1989, p.115). O desenvolvimento territorial não pode, desta forma, ser implantado apenas por decreto. Deve ser uma construção dos atores sociais, mesmo que políticas públicas possam estimulá-los e mobilizá-los. Além de considerar o território como a expressão do espaço social construído, em que ocorre a produção e a interação humana, é igualmente importante visualizar o território como um campo de forças onde atuam e operam as relações de poder e dominação. O território pode ser concebido como espaço em que se confrontam diferentes poderes e estratégias (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012). A concepção de campo de Pierre Bourdieu (1989) está relacionada a um espaço de disputa e de imposição da legitimação de diversos grupos. É nesse campo de forças que as regras do jogo são impostas e constantemente modificadas pela ação dos atores sociais (FREITAS; FREITAS; DIAS, 2012, p. 84). Bourdieu (2000, p. 87) considera a estratégia como “produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido”.

Além de sua compreensão como construção social, o território também é uma importante referência empírica e normativa, bem como, delimitado pelo direcionamento das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Nessa perspectiva, Schneider (2004, p.110) aponta que a abordagem territorial assume a função de uma ferramenta para

1 Estudos sobre a industrialização difusa (terceira Itália) de Bagnasco (1977), Brusco (1996); “Rural development in the USA”, Galston & Baehler (1995), estudam as áreas rurais dos Estados Unidos, analisando as vantagens comparativas das áreas rurais e o “Dora Project: dynamics of rural areas”, Universidade de Aberdeen, sobre a diferenciação econômica das áreas rurais européias.

se pensar o planejamento e a intervenção no tecido social. Dessa forma, o território passa a ser uma unidade de referência, um nível de operação e agregação adequado para operar o planejamento de ações governamentais e políticas públicas que promovam mudanças e transformações múltiplas no tecido social.

3 | JUVENTUDE: ELEMENTOS CONCEITUAIS

Para Santos e Gonçalves (2018), ao se propor demarcar o conceito de juventude é arriscar-se num ambiente de imprecisões conceituais, pois nas diversas áreas das ciências sociais a juventude é caracterizada como uma das fases do ciclo da vida humana, socialmente produzida. Já para área da geografia humana e populacional, por exemplo, jovem compreende um sujeito dentro de uma determinada faixa etária. E ainda, nesse caso, o conceito pode ser segmentado e incluir fatores como classe, gênero e etnia, dentre outros.

Bourdieu (1993) e Pais (1993) alargam o debate sobre o conceito de juventude para além da dimensão da faixa etária. Segundo Bourdieu (1993) reduzir a juventude a uma classificação etária é um mecanismo de poder. Pontua que juventude é apenas uma palavra, pois os modos de classificação, que opõem faixas etárias, por exemplo, entre jovens e velhos, significam uma divisão de poderes, que impõem limites e buscam produzir uma ordem hierárquica, entendida pelo autor como objetos de manipulação.

A definição de juventude, ao contrário de representar uma delimitação pela idade biológica, deve ser entendida a partir das construções sociais que envolvem tal dimensão. A definição pela faixa etária, segundo este autor, restringe a compreensão do jovem enquanto sujeito de direitos e, sobretudo, limita em relação aos fatores ou condicionantes histórico-sociais de construção da juventude, enquanto, categoria socialmente construída no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas, uma categoria sujeita a modificar-se ao longo do tempo (PAIS, 1993).

Portanto, a partir do entendimento de juventude como uma construção social, é possível inserir outros aspectos, inclusive da classificação etária, contribuindo assim para a interpretação de um fenômeno social mais complexo, que se restringe isoladamente em apenas um fator (BOURDIEU, 1993).

Diferentemente da perspectiva de Bourdieu (1993), Pais (1993) e Dayrell (2003), a Organização das Nações Unidas (ONU) adota o recorte etário. Desta forma, a categoria jovem está relacionada aos pertencentes a faixa etária dos 15 aos 24 anos. O IBGE identifica os jovens da seguinte maneira: dos 10 aos 14 anos, adolescente-jovem; dos 15 aos 19 anos, o jovem-jovem; e dos 20 aos 24, o jovem-adulto. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), embora não explicita claramente a faixa etária do jovem, faz referência a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, destacando em seu Artigo 2º, criança entre a faixa etária de 0 a 12 anos; adolescente, dos 12 aos 18 anos. Para o Estatuto

da Juventude, jovens são os sujeitos com idade entre 15 a 29 anos. Assim, percebe-se que na maioria das vezes a idade é o critério para definição do fim da infância e início da adolescência e juventude.

Carneiro (1998) descreve essa invisibilidade do jovem rural como um fator de exclusão, já que a maior parte das políticas públicas historicamente têm negligenciado os jovens e, mais especificamente, os jovens rurais. De acordo com o Conjuve (2006) essa fragilidade está relacionada à ausência de prioridades em relação a grupos específicos ou minoritários, visto que, questões como o êxodo e a sucessão rural precisam ser enfrentadas no Brasil. Conforme Menezes, Stropasolas e Barcellos (2014, p. 202), nas últimas décadas, está ocorrendo uma inegável diminuição da porcentagem de jovens e de adultos que vivem nas áreas rurais, pois segundo dados do IBGE (2010), cerca de oito milhões de pessoas em uma faixa etária considerada jovem (15 a 29 anos) estão no rural, representando 27% de toda a população que vive nesse espaço.

Stropasolas (2014), ao mencionar dados divulgados por organismos nacionais e internacionais (PNAD/IBGE, ONU e Unicef), relacionados a precariedade e desigualdade social vivenciadas, pelas populações infantojuvenis no meio rural brasileiro, aponta que essas desigualdades se dão em decorrência de disparidades de desenvolvimento regional construídas historicamente em diferentes níveis entre as quais se destacam as hierarquias de poderes e diferenças de classe social, etnia, raça, gênero e geração, enfim, ao acesso diferenciado às oportunidades, aos direitos de cidadania, às políticas públicas e aos bens da modernidade.

O autor supracitado chama a atenção para a importância em considerar os novos perfis identitários que vêm sendo concebido nos diferentes contextos sociais em que interagem os diversos estratos sociais da juventude no processo de construção das políticas públicas. Pensar a categoria juventude, na sua maior diversidade possível, exige que se inclua também nas análises e nas políticas as redefinições nos perfis identitários e as temáticas de gênero, geração, raça, etnia, sexualidade etc., visando dar conta das várias dimensões que constituem a totalidade da vida social da juventude e que têm sido afirmadas de forma recorrente pelos próprios jovens nos eventos organizados, seja pelo Estado, seja pelos movimentos sociais, entre outros. (STROPASOLAS, 2014, p.195).

Atualmente no Brasil, a juventude rural passa a ser destacada como um agente de atuação política que se organiza para reivindicar direitos e políticas sociais no âmbito das diversas esfera do Estado brasileiro.

4 | JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A Política Nacional de Juventude no Brasil impulsionou a criação de órgãos, fóruns e conselhos específicos em municípios, territórios e estados, e, em âmbito nacional. Além disso, conduziu o Congresso Nacional a aprovar um marco legal com a provação

do Estatuto da Juventude - Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013, o qual dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Dentre os princípios estabelecido na referida Lei, destacam-se a promoção da autonomia, a emancipação política e a valorização e promoção da participação social e política. São, portanto, elementos do domínio da gestão social, uma vez centrados na organização da sociedade civil para participação e controle de política pública.

De acordo com Boghossian (2009), os espaços juvenis de debate constituem mecanismo de política emancipatória, visto que

A participação dos jovens na elaboração e implementação de projetos, programas e políticas que os afetam tem figurado cada vez mais no discurso dos diversos setores sociais que estabelecem como foco de atenção a juventude, como as organizações internacionais, os governos, as universidades e as entidades da sociedade civil. Percebe-se, nesse contexto, a grande diversidade de propostas direcionadas a “estimular a participação juvenil” e a abertura de espaços para essa participação, desenhando-se o desafio de problematizar seus objetivos e estratégias, seus avanços e principais entraves.

Já Milani (2018, p.554) afirma que

[...] a participação social, também conhecida como dos cidadãos, popular, democrática, comunitária, entre os muitos termos atualmente utilizados para referir-se à prática de inclusão dos cidadãos e das OSCs no processo decisório de algumas políticas públicas, foi erigida em princípio político-administrativo. Fomentar a participação dos diferentes atores sociais em sentido abrangente e criar uma rede que informe, elabore, implemente e avalie as decisões políticas tornou-se o paradigma de inúmeros projetos de desenvolvimento local (auto) qualificados de inovadores e de políticas públicas locais (auto) consideradas progressistas.

A ideia de protagonismo juvenil, muito utilizada no Brasil, surge num contexto de renovação da concepção de participação e, principalmente, no contexto da educação formal, tornando-se o esteio das inovações postuladas na reforma curricular do ensino médio. Na década de 1990, esse termo começou a ser explicitado em documentos oficiais e sua apropriação foi ampliada para os mais variados espaços (BOGHOSSIAN e MINAYO, 2009).

Costa (2000) caracteriza o protagonismo juvenil como um processo pedagógico que se contrapõe às tendências de paternalismo, assistencialismo ou manipulação ainda observadas em grande parte das políticas destinadas aos jovens. Em sua concepção, o protagonismo pressupõe a criação de espaços e mecanismos de escuta e participação dos jovens em situações reais na escola, na comunidade e na vida social, tendo em vista tanto a transformação social como sua formação integral.

Ainda de acordo com o autor supracitado (2000, p. 20), o “[...] termo protagonismo, em seu sentido atual, indica ator principal, ou seja, o agente de uma ação seja ele um

jovem ou um adulto, um ente da sociedade civil ou do Estado, uma pessoa, um grupo, uma instituição ou um movimento social”.

Destarte, os termos ator social e protagonismo têm se espalhado pelos discursos da participação, principalmente da juvenil, “fazendo emergir o termo protagonismo juvenil, que trata mais especificamente de um tipo de ação desenvolvida por jovens, devendo o objetivo, nesta discussão, ser entendido como delimitador de ações realizadas pelos jovens, não como limitador de ações” (BORGES, 2012, p. 28).

Segundo Calil (2008, p. 81), o protagonismo juvenil,

[...] é uma prática que possibilita a transformação do jovem e a transformação do mundo, numa relação dialética que favorece a formação de jovens mais conscientes de seu papel como agentes de mudança social, investidos na construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

O protagonismo se relaciona fortemente à ideia de fortalecimento da participação juvenil e é matéria que fundamenta o empoderamento – que vê os sujeitos como agentes de renovação da sociedade, numa perspectiva de superação das condições sociais desiguais geradas pelo capitalismo como sistema social (SANTOS e GONÇALVES, 2018).

Além disso, entende-se o protagonismo juvenil como

[...] uma forma de ação com os jovens, a partir do que eles sentem e percebem sua realidade. Não se trata de uma atuação para os jovens, muito menos de atuação sobre os jovens. Portanto, trata-se de uma postura pedagógica visceralmente contrária a qualquer tipo de paternalismo, assistencialismo ou manipulação (COSTA, 2000, p. 23).

O protagonismo juvenil é também apresentado como via de condução pedagógica para a ação cidadã (Costa, 2000) ou socialização para a cidadania (Ferreti e col., 2004) sendo considerado um novo modelo político pedagógico (Iulianelli, 2003). Para muitos jovens e educadores atuando no contexto da América Latina, no entanto, o objetivo central do protagonismo juvenil é o processo formador que se dá por meio da ação juvenil, visando à construção da cidadania e à participação solidária.

5 | A PARTICIPAÇÃO JUVENIL NO TERRITÓRIO CAMPOS E LAGOS

Em 2003, o então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) adotou o conceito de território na gestão governamental de espaços rurais e reformulou sua estrutura administrativa com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Com o objetivo de efetivar as políticas de desenvolvimento rural, foram, então, criados os territórios da cidadania nos vários estados do país, com o Território Campos e Lagos integrando o conjunto dos oito territórios criados no Maranhão. Como forma de auxiliar o alcance dos resultados do programa e promover coesão social por meio de parcerias entre governo-sociedade civil, a política territorial constituiu o espaço do colegiado territorial, instituição que reúne organizações da sociedade civil e poder público no papel de elaborar e aprimorar

o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS e promover e integrar a gestão pública e conselhos territoriais na execução e no controle das políticas públicas

Conforme Gonçalves (2017), o Território Rural Campos e Lagos está localizado no estado do Maranhão, na mesorregião Norte Maranhense. Situa-se na região da Baixada Maranhense, estando composto por 12 municípios: Arari, Cajari, Matinha, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Pedro do Rosário, Penalva, São Bento, São João Batista, São Vicente de Ferre, Viana e Vitoria do Mearim. Possui uma área de 8.808,20 km², população total de 319.887 habitantes, dos quais 181.305 vivem na área rural, o que corresponde a 56,7% do total. Possui 24.359 agricultores familiares, 7.211 famílias assentadas e 85 comunidades quilombolas. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio é 0,60.

No território, a juventude representa cerca de 30% do total populacional, sendo que 44,5% dessa juventude reside na zona urbana, enquanto que 55,5% reside na zona rural. No território a maioria da juventude reside nas comunidades rurais dos municípios, como mostra o Quadro 1. O território é composto por municípios considerados pequenos, de acordo com o censo demográfico do IBGE de 2010, apenas os municípios de Viana (49.496) e São Bento (40.736) possuíam acima de 40 mil habitantes. Assim, é claro que essas cidades, sem exceção, fazem parte de um contexto eminentemente rural e, portanto, mesmo para os jovens que habitam as sedes municipais, a relação com a natureza e todos os processos intercomunitários oriundos de locais onde as funções de organização, gestão e representação fazem parte das relações históricas construídas pelas populações que habitavam esse território há muito tempo atrás.

Município	PopulaçãoJuvenil	Populaçãourbana	PopulaçãoRural
Arari	8.491	5.089	3.402
Cajari	5.400	1.448	3.952
Matinha	6.449	2.818	3.631
Olinda Nova	4.101	1.907	2.194
Palmeirândia	5.681	1.011	4.670
Penalva	11.219	5.929	5.290
Pedro do Rosário	6.452	1.723	4.729
São Bento	12.597	7.118	5.479
São João Batista	5.715	1.470	4.245
São Vicente Ferrer	6.401	1.846	4.555
Viana	14.479	8.003	6.476
Vitória do Mearim	9.038	4.346	4.692
Total	96.023	42.708	53.315

QUADRO 1: População total e população jovem, situação domiciliar da juventude no Território Rural Campos e Lagos

Esses jovens sofrem todos os problemas oriundos das zonas rurais que, nesse território, inclui, especialmente, a falta de alternativas para geração de renda, educação saúde, lazer, terra, etc. Como forma de encarar essa situação e ultrapassar as dificuldades os jovens se mobilizaram e a se organizaram sob a forma de fóruns municipais. Grande parte desses grupos se organizaram em torno de atividades lúdicas e esportivas para crianças e jovens, outros lutam por políticas públicas que possam apoiar os jovens, quase sempre abandonados pelo poder público em todas as instâncias.

Os Fóruns Municipais são articulações de organizações juvenis dessas cidades, que realizam ações de mobilização e debate sobre políticas públicas para a juventude e o desenvolvimento das cidades. Os Fóruns de Juventude é a junção de várias organizações juvenis que discutem e debatem na busca de alternativas de melhoria de vida para os jovens e suas comunidades (SANTOS E GONÇALVES,2018).

De acordo com Santos e Gonçalves (2018), a criação desses fóruns não seguiu a uma regra ou receita única, já que a construção do processo partiu dos próprios jovens articulados em organizações juvenis nos municípios. Em parceria com o conjunto de organizações da sociedade civil os fóruns têm realizados ações nas áreas de educação, trabalho, comunicação, esporte e lazer, arte e cultura, atuando nas sedes e na zona rural desses municípios.

Na perspectiva de estabelecer uma mobilização e organização mais no âmbito territorial, os fóruns municipais se articularam e criaram, em maio de 2015, com o apoio do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento (LABEX/UEMA), no município de São Bento, o Fórum de Políticas Públicas de Juventude da Baixada Maranhense (FPPJBM), cujo objetivo é articular e mobilizar a juventude dos territórios Campos e Lagos e Baixada Ocidental Maranhense na luta por políticas públicas para este segmento, além de fortalecer a política de desenvolvimento territorial nesses territórios. O fórum é constituído por organizações juvenis tanto formais quanto informais como indica o seu regimento interno.

Atualmente, o FPPBM é a principal referência institucional e organizativa dos jovens desse território. A partir da mobilização realizada pelo FPPBM, os jovens têm participado de conferências, seminários, reuniões, no território ou fora dele, como na capital maranhense e em outros estados. Na conferência territorial de juventude, o FPPBM teve participação destacada tanto no processo de mobilização como nas discussões e debates de construção de proposta de política pública territorial, estadual e nacional. A participação destacada do fórum na conferência, permitiu que o mesmo elegeisse 13 delegados de sua base para conferência estadual de juventude. Desses, 5 foram eleitos para a conferência de juventude nacional. Além da conferência de juventude, os jovens que se articulam no fórum tiveram participação destacada na conferencia territorial de ATER, onde foram eleitos 10 jovens para conferencia estadual, e desses, 4 foram eleitos para conferencia nacional.

Além disso, os jovens participam com assento no Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER), do Território Campos e Lagos. O Codeter é o espaço consultivo e

deliberativo de gestão compartilhada entre organizações da sociedade civil e poder público que discute no território o desenvolvimento territorial sustentável e solidário. Também, participam da Câmara Temática de Juventude, de Agricultura Familiar e Inclusão Produtiva (SANTOS E GONÇALVES, 2018).

Também participam efetivamente das “escutas territoriais” que são plenárias realizadas pelo governo do estado no território para definição de prioridades de políticas públicas. Essas plenárias são realizadas pela Secretaria de Direito Humanos e Participação Popular (SEDHPOP) e Secretaria de Planejamento do Estado, e são canais de participação da população na elaboração do orçamento do governo estadual.

O Fórum tem realizado diversos seminários para debater e propor soluções aos problemas que afligem a juventude do território. Exemplo disso foi o seminário Juventude do Campo e Políticas Públicas, no município de Viana - MA. O seminário reuniu mais de 500 jovens entre a faixa etária de 15 e 29 anos. Teve como objetivo: ampliar e construir espaços de debate e avaliação das políticas públicas para juventude rural com os jovens da baixada maranhense; construir espaços de exposição, debates e sistematização das experiências desenvolvidas pelos jovens rurais, enfatizando as temáticas: juventude rural, sucessão rural, reforma agrária, superação da miséria no campo maranhense, direitos e dignidades, agroecologia, desenvolvimento rural sustentável e solidário; construir pós-seminário um processo de multiplicação e de espaços de reunião, debate e articulação de proposta para a construção de uma política pública territorial e estadual para a juventude rural. Além de realização de oficinas de políticas públicas: juventude rural e elaboração de projetos; juventude rural das comunidades e povos tradicionais: territorialidade e igualdade étnico/racial e religiosidade; juventude rural e gênero, sexualidade e diversidade sexual; juventude rural, saúde e drogas (Relatório final).

Outro aspecto importante que merece ser destacado no protagonismo dos jovens do território é a construção de parcerias. E uma parceria importante é com o Núcleo de Extensão e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Maranhão (LABEX/UEMA). O Labex é um núcleo vinculado ao departamento de Ciências Agrárias. Desde 2014, o Labex tem atuado no território Campos e Lagos, em três frentes: apoiando as experiências produtivas dos jovens, no trabalho com as mulheres e na gestão social do território.

Atualmente, os laços de parceria entre o Labex e o FFPPBM tem fortalecido cada vez mais com a realização de capacitação nas áreas de pequenos animais e piscicultura para os jovens rurais das comunidades quilombolas existentes no território, realizando curso de formação sobre a realidade brasileira e maranhense para 50 jovens do município de São João Batista, e realizando o Curso de Extensão em Agroecologia para 240 jovens de 8 municípios (Viana, Penalva, Matinha, Vitoria do Mearim, Pedro do Rosário, São João Batista, São Vicente Ferrer e Olinda Nova). O Curso de Extensão em Agroecologia funciona na modalidade semipresencial com 14 disciplinas na grade curricular e carga horária com mais de 360h. O curso foi proposto pelo Fórum de Juventude de São João Batista (FJSB).

A proposta pedagógica foi construída com a participação dos jovens da direção do FJSB e FPPBM. A proposta do curso é formar jovens com competências para produzir de forma agroecológica, bem como formar agentes de desenvolvimento.

Assim, os fóruns de juventude no território têm buscado debater o que pensa a juventude sobre seu presente e futuro. Além de procurar inserir efetivamente a participação dos jovens nos processos de governança e desenvolvimento do território percebe-se que a juventude tem exercido seu protagonismo no território.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que quanto mais os jovens são estimulados a desenvolver atividades grupais, seminários, projetos de valorização cultural e de desenvolvimento local, mais serão protagonistas de transformação e mais aptos à participação em instâncias formais e informais.

A prática do protagonismo desses jovens através dos fóruns de juventude contribui de diferentes formas na formação dos jovens, indo desde o desenvolvimento pessoal até o social. Neste sentido a valorização do protagonismo juvenil e a participação dos jovens nos debates e no diálogo permanente entre as organizações juvenis e o poder local sobre políticas públicas para a juventude, nos mecanismo de governança, torna-se muito relevante contra a reprodução de estruturas ideológicas limitadoras da ação humana e reprodutoras do *status quo*.

Ademais, a participação juvenil, quanto as diferentes representatividades, causam um impacto positivo na construção da democracia brasileira, na medida em que ampliam as oportunidades, tornam os processos mais transparentes, possibilitam a fiscalização dos serviços públicos, promovem o enriquecimento coletivo, e tornam a cidadania mais efetiva.

A juventude do território Campos e Lagos através do protagonismo juvenil e dos processos participativos têm buscado dar respostas aos diversos problemas que afligem o conjunto da juventude.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Sérgio Botton. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social. Tese (Doutorado em CPDA) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2014. Disponível em: < <http://r1.ufrj.br/cpda/wpcontent/uploads/2014/10/Tese-Sergio-Botton-Barcellos.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

Boghossian, C. & Minayo, M. (2009). Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos. *Saúde e Sociedade*, 18(3), 411-423.

BORGES, Graziela Scopel. A Formação do protagonismo do jovem rural a partir da pedagogia da alternância em casas familiares rurais. Dissertação (Mestrado) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional. Pato Branco (PR), 2012.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983. BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989. BRASIL. Estatuto da Juventude. Projeto de Lei nº 4.529, de 2004.

CALIL STAMATO, Maria Izabel. Protagonismo Juvenil: uma práxis sócio-histórica de ressignificação da juventude. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo: 2008, 212 p.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

GONÇALVES, Ricardo Costa. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: Uma análise sobre a implantação da política de desenvolvimento territorial no território Campos e Lagos. Dissertação de Mestrado. Faculdade Latina de Ciências Sociais – FLACSO/ Fundação Perseu Abramo. Pós-graduação em Estado, Governo e Políticas Públicas. São Paulo, 2017.

GONÇALVES, Ricardo Costa; SANTOS, Itaan Pasto. O Protagonismo da Juventude no Território Campos e Lagos. Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural SOBER NORDESTE. Dinâmicas de Desenvolvimento do Semiárido. 08 a 10 de novembro de 2018.

IMESC. Enciclopédia dos Municípios Maranhense: microrregião da Baixada Maranhense. São Luís, 2013.

SHIAVINATTO, Mônica. Desenvolvimento Territorial: Inovação ou Imposição? Um olhar sobre as abordagens territoriais do desenvolvimento rural na América Latina. Brasília, 2013. Tese (Doutorado). Universidade Brasília. Brasília, DF, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acumulação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 29, 34, 57

Administração 13, 15, 20, 22, 92, 104

B

Brasil 2, 6, 12, 13, 16, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 34, 35, 39, 42, 50, 52, 53, 55, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 84, 85, 86, 92

C

Campos e lagos 81, 82, 87, 88, 89, 90, 91, 92

Capital 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 35, 56, 57, 58, 59, 89

Capitalismo 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 58, 87

Choque heterodoxo 40, 43

Choque ortodoxo 40, 41

CLT 62, 63, 64, 65, 68, 69

Conflitos 1, 3, 32, 53

Constituição Federal 17, 26, 27, 28, 51, 52, 53, 60

Contratação 61, 64, 67, 69

Controvérsias 1, 3

Convivência 13, 24, 25, 26, 31, 32, 33

Coronavírus 12, 13, 18, 24, 25, 30, 31, 32

Covid-19 12, 13, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 28, 30, 31, 32, 33

Crise 3, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 30, 49, 56, 57, 58, 59, 83

D

Desemprego 6, 13, 31, 44, 57, 66, 79

Desenvolvimento rural 82, 84, 87, 88, 90, 92

Desenvolvimento territorial 81, 82, 83, 87, 89, 90, 92

Destruição criativa 1, 4, 5, 9

Direitos trabalhistas 61, 62, 64, 65, 66

E

Economia 1, 2, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 19, 39, 41, 42, 43, 45, 49, 50, 58, 79, 92, 104

Eleições 36, 37, 47, 48, 50

Empreendedorismo 1, 3, 5, 6, 82

Emprego 4, 5, 6, 7, 10, 34, 44, 63, 65

Empresariado 61, 70

Empresários 4, 5, 57, 71, 78

Envelhecimento 24, 25, 26, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 56

Estado 3, 5, 14, 15, 17, 21, 22, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 38, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 65, 80, 85, 87, 88, 90, 92, 99, 102, 103

G

Globalização 1, 2, 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11

Governo 3, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 50, 59, 60, 64, 82, 87, 90, 92

I

Inflação 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 56

Isolamento 13, 24, 25, 30, 32, 33

J

Juventude 81, 82, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92

L

Lei 13.467/2017 61, 62

M

MDB 36, 37, 38, 45, 47, 48, 49

N

Neoliberal 51, 52, 53, 55, 56, 57, 58, 59

Neoliberalismo 10, 26, 51

O

Obras 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103

OMS 15, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34

P

Pandemia 6, 12, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 28, 30, 31, 32, 33

Participação social 58, 81, 82, 86

Pessoas idosas 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33

Plano cruzado 36, 37, 38, 39, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49

Política de saúde 12, 14, 17, 18, 20, 21, 30, 34, 51, 52, 55, 56, 58, 59

Política econômica 27, 36, 45, 50, 58

Políticas públicas 22, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 35, 51, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 104

Políticas sociais 14, 27, 29, 35, 53, 55, 56, 58, 85

R

Reforma monetária 40, 43

Reforma sanitária 51, 54, 55, 59

Reforma trabalhista 57, 61, 63, 64, 65, 67, 70, 78, 79, 80

S

Sarney 36, 37, 38, 39, 42, 44, 45, 46, 49, 50

SARS-CoV-2 12, 13, 24, 31

Seguridade social 3, 6, 12, 14, 17, 25, 27, 29, 34, 52, 54

Sociedade 4, 6, 13, 14, 15, 16, 25, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 41, 49, 52, 53, 56, 59, 65, 70, 86, 87, 88, 89, 90, 92, 104

SUS 12, 13, 15, 17, 18, 20, 21, 25, 30, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 97, 99, 101

T

Território 81, 82, 83, 84, 87, 88, 89, 90, 91, 92

Trabalhador 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 76, 77, 78

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 21, 26, 27, 28, 31, 33, 35, 45, 52, 57, 58, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 89, 90

CIÊNCIA POLÍTICA:

Produção decisória, governança
e ecologias organizacionais

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

CIÊNCIA POLÍTICA:

Produção decisória, governança
e ecologias organizacionais

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 